

**NOSSOS
RECURSOS
CONCENTRADOS
NAS MÃOS
DE TÃO
POUCOS**



O RIO ESTÁ CARO PARA O POVO VIVER, E TEM GENTE FELIZ COM ISSO

O Rio de Janeiro completou um ciclo de dez anos de megaeventos, inaugurado em 2007 com os Jogos Pan-Americanos. A cidade foi virando um lugar produzido para ser vendido — e não para ser vivido por suas moradoras e moradores. Os recursos chegaram para as obras, mas o impacto nas contas públicas ainda será sentido por muito tempo. Além disso, houve um enorme custo social, como ficou evidente no caso das remoções.

Os megaeventos também aceleraram a concentração de riqueza. Os mecanismos são diversos, mas beneficiam sempre os mesmos: aqueles que já estão no topo. As crescentes transferências de recursos públicos para a iniciativa privada expressam um processo brutal de exclusão e expropriação de direitos dos mais pobres.

Entenda mais sobre esse projeto de cidade e suas consequências para nós.

ENTENDA COMO O MUNICÍPIO DO RIO ARRECADA: OS POBRES PAGAM IMPOSTO

Assim, vemos que o governo do Rio optou por um modelo elitista de cidade e em investimentos para os megaeventos. Para isso, aumentou a renúncia de receitas para as grandes empresas e o endividamento público.

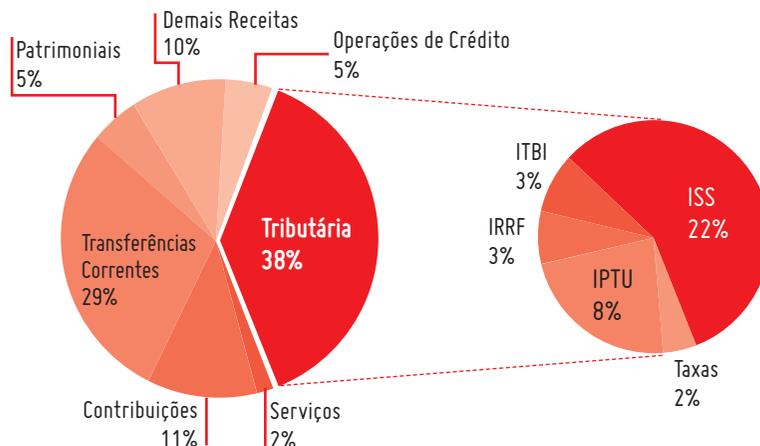
Isso só reforça desigualdades e concentra riqueza, pois enquanto as isenções são concedidas para os empresários, a população pobre é a que mais paga imposto.

No Rio e no Brasil, quanto mais pobre mais se paga imposto. Os ricos ficam isentos!

Os tributos, parte importante da receita do Estado, podem ser de dois tipos. Os indiretos, incidem sobre o produto e não sobre a renda. São indiretos porque não levam em conta quanto a pessoa ganha, mas apenas o quanto ela consome. Quando compramos arroz no mercado, por exemplo, tanto quem ganha R\$500,00 como quem ganha R\$50.000 vai pagar o mesmo valor de imposto. Só que esse valor pesa muito mais para o pobre, pois representa um percentual muito maior de sua renda!

O outro tipo de impostos são os diretos, impostos sobre renda e propriedade. Neste caso, os mais ricos pagam mais do que os mais pobres. Acontece que no Brasil os ricos são pouco taxados e esse tipo de imposto tem um peso bem menor no total da receita da prefeitura.

Receita do município do Rio de Janeiro



Fonte: Prestação de Contas de 2009 — 2015

O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), indireto, foi a maior fonte de arrecadação do Município do Rio de Janeiro, representando 21,71% do total realizado em 2015.

Já o IPTU, maior imposto direto em termo de arrecadação, representou apenas 7,70%.

OS INVESTIMENTOS SÃO PARA POUCOS, MAS TODO MUNDO PAGA A CONTA QUANDO O MUNICÍPIO SE ENDIVIDA

Essas isenções questionáveis não foram, ainda assim, capazes de suprir os investimentos. O dinheiro público entrou nas obras, através de manobras da prefeitura, e com isso veio a Dívida Pública, que teve um aumento crescente a partir de 2011. Contraída pelos poderosos, ela será paga por todos nós.

Ouvimos muito que o município do Rio está com uma situação financeira boa. Será verdade?

As operações de créditos, principalmente a partir de 2014, foram usadas para financiar investimentos na infraestrutura urbana da cidade, em função da realização dos Jogos Olímpicos de 2016, ou seja, parte desses investimentos ocorreu através de endividamento (o município pegou empréstimos para pagar as obras!).

A Dívida Pública Consolidada Líquida atingiu 75,1% da Receita Corrente Líquida, ainda distante do limite de 120% da RCL. O problema é que o cenário econômico de recessão já traz consigo uma queda de receita o que, junto a uma dívida alta (e maior despesa com juros e amortizações), gera grandes riscos.

As dívidas contraídas no governo de Paes ainda serão pagas, com previsão de aumento dos encargos da dívida a partir de 2017.

CONTRATO COM O BANCO MUNDIAL (BIRD) EM 2010: 1,045 bilhão de dólares.

Essa dívida (com juros a 6% a.a.) foi contraída para pagar a dívida com a União (com juros de 9% a.a.). O empréstimo veio com a imposição externa sobre nossa gestão, alterações no sistema de aposentadorias do município e a criação de um marco institucional para parcerias público-privadas (PPP) em infraestrutura e fornecimento de serviços.

Assim, apesar de baixar os juros, aumenta nossa dependência externa, pois a dívida é indexada ao dólar e o BIRD estabeleceu diversos condicionantes para o empréstimo, que reforçam uma subordinação dos nossos interesses aos interesses de organismos internacionais.

Dívida cresce mais que arrecadação: o crescimento da dívida foi de 330%, muito superior ao crescimento da receita (RCL) que, de 2010 a 2013, se elevou em 19%

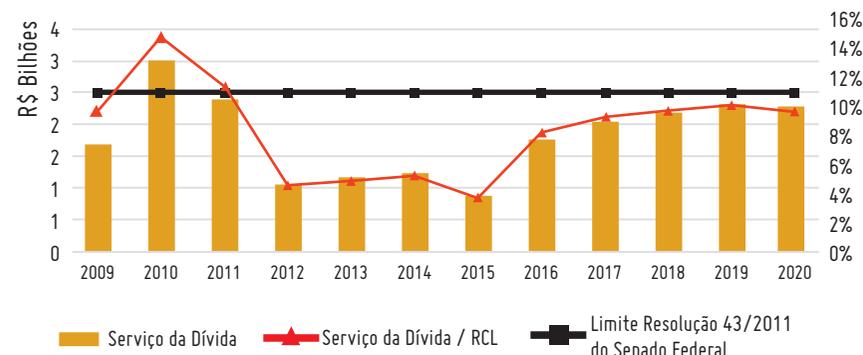
• Dívida Pública Consolidada Líquida:

A dívida aumentou de R\$7,6 bilhões em 2006 para R\$17,7 bilhões em 2015.

• Quanto mais se paga, mais se deve!

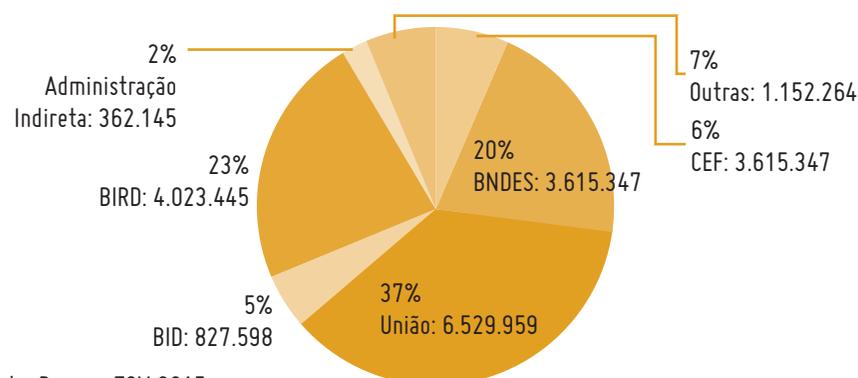
Isso representou um aumento de R\$10,1 bilhões, enquanto se pagou no mesmo período R\$10,5 bilhões

Peso do Serviço da Dívida na RCL



Fonte: Prestação de Contas de 2009 — 2015

Endividamento em dezembro de 2015



Fonte: Parecer TCM 2015

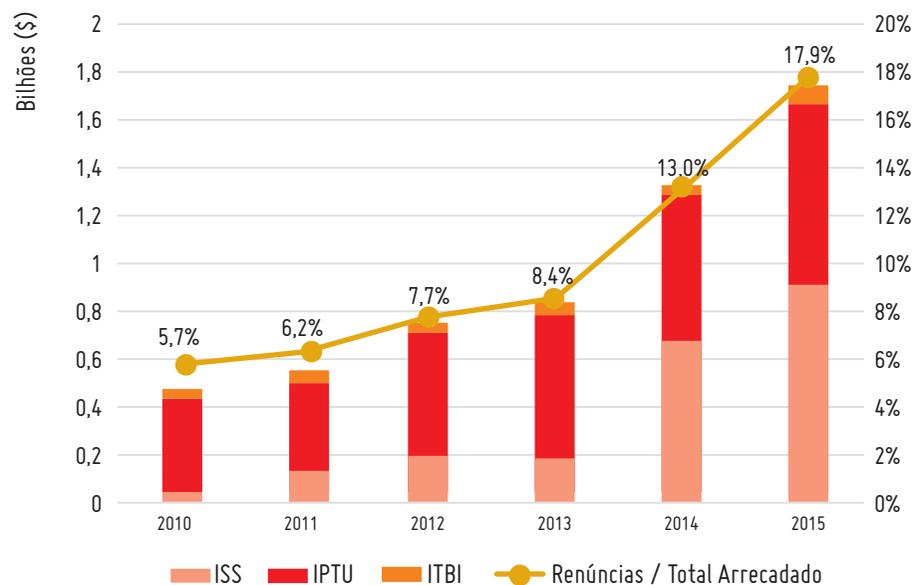
ENTENDA COMO O MUNICÍPIO DO RIO ARRECADA: OS GRANDES EMPRESÁRIOS TÊM ISENÇÃO

Ouvimos muito falar da necessidade de um “equilíbrio fiscal”, de que deveríamos ter menos gastos públicos. Esse discurso ataca os gastos não financeiros — saúde, educação, salários, investimentos públicos —, que seriam a causa do desequilíbrio, ocultando o quanto é gasto com o serviço da dívida pública, um gasto que só enriquece os já ricos. Eles também não falam que quem mais paga imposto, ou seja, quem gera a maior receita do governo, são os mais pobres.

Por que não alterar o lado da arrecadação? Será que a arrecadação é justa?

O discurso dos governantes era de que precisávamos fazer grandes mudanças na cidade em função dos megaeventos. Para isso, tínhamos que atrair investimentos, que só viriam se déssemos incentivos às empresas. Esses incentivos — renúncias de receitas que poderiam ser aplicadas em outras áreas pelo governo — foram distribuídos sem critério. Uma simples revisão dessas isenções — que inclusive são feitas contrariando necessidades legais de transparência — poderia aumentar a arrecadação e o investimento do Estado em áreas essenciais como saúde e educação.

Evolução da renúncia de receitas (2010–2015)



Fonte: Relatórios da CAD/TCM 2010–2015.

- Peso das renúncias na arrecadação sobe de 5,7% para 17,9% em 5 anos
- As isenções para os empreendimentos imobiliários das Olimpíadas, Copa do Mundo, e hoteleiros de maneira geral acumularam R\$ 248,2 milhões.
- Ficaram isentos de ISS, IPTU/TCDL e ITBI, todos os serviços diretamente relacionados à organização e realização, no Rio de Janeiro, da Copa das Confederações de 2013, da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 = R\$12,3 milhões.
- Ainda no contexto de grandes eventos, foi concedido benefício fiscal para região do Porto = R\$ 134,5 milhões.
- Os empresários de ônibus ganham benefícios, enquanto o preço das passagens só aumentam!

A alíquota de ISS para as empresas de ônibus concessionárias do Poder Público Municipal foi reduzida para 0,01%, totalizando R\$ 343,5 milhões renunciados no período.

O impacto financeiro das renúncias de receita em 2015 somou R\$ 1,58 bilhão, 29% superior ao apresentado em 2014

Nas obras para os Jogos Olímpicos:

- 36,8% do total das despesas nos programas ficaram a cargo dos grupos formados por OAS, Odebrecht e Andrade Gutierrez.
- 54,5% do total dos gastos olímpicos e esportivos ficaram sob responsabilidade de apenas seis grupos, os três grupos já citados mais Queiroz Galvão, Carioca Engenharia e Cotern.

Detalhe: mais da metade destes grupos estão sendo investigados na Operação Lava Jato por suspeita de pagamento de propina.

ORGANIZAR PARA TRANSFORMAR

O Rio de Janeiro foi palco de diversos investimentos, que fizeram parte de um modelo de cidade excludente, que ampliou desigualdades espaciais e econômicas. Os investimentos ocorreram sem nenhuma discussão com a sociedade, expulsando populações mais pobres e favorecendo os interesses das elites da especulação imobiliária.

Do ponto de vista econômico, as isenções beneficiaram grandes empresas e o aumento do endividamento público externo favorece quem vive de ganhos de renda. Enquanto isso, a população trabalhadora paga a conta da dívida duas vezes: são os mais pobres quem mais paga imposto, e são justamente eles que não têm acesso a serviços públicos de qualidade.

Assim, torna-se fundamental um engajamento cada vez maior na luta pelo direito à cidade, pela fiscalização e auditoria da dívida pública gerada e das isenções. Sem isso, a cidade vai se tornar cada vez mais um espaço apenas para os grupos mais privilegiados.

Realização:



**FÓRUM
POPULAR**
DO ORÇAMENTO
DO RIO DE JANEIRO

Apoio:

Brot
für die Welt

